



Empresas podem recuperar créditos de IPI sobre produtos não tributados após decisão do STJ

Entendimento unânime da Corte garante a manutenção do crédito, mesmo quando o produto final é isento, imune ou sujeito à alíquota zero

Uma decisão recente do Superior Tribunal de Justiça (STJ) mudou o cenário para milhares de indústrias brasileiras. Agora, empresas que compram insumos tributados pelo IPI poderão manter o crédito do imposto, mesmo quando o produto final não for tributado — como ocorre com exportações, medicamentos e alimentos.



No julgamento do Tema 1.247, com efeito repetitivo, a 1ª Seção do STJ firmou entendimento de que o crédito de IPI deve ser mantido sempre que o insumo for tributado e utilizado em processo de industrialização. A nova interpretação é vinculante e deverá ser seguida por tribunais e pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), o que aumenta a segurança jurídica para os contribuintes.

Até então, a Receita Federal exigia o estorno proporcional desses créditos quando a saída do produto final fosse isenta, imune, com alíquota zero ou não tributada. A prática gerava distorções e elevava os

custos das empresas, além de exigir controles internos complexos.

Mais caixa, menos complexidade

“A decisão representa uma virada no aproveitamento do crédito de IPI e elimina a necessidade de estornos manuais ou segregações específicas no ERP. É um avanço real para a competitividade industrial”, afirma Helena Cavallini, advogada, pós-graduada em Direito Tributário pelo IBET e consultora tributária na Evoinc.

Helena cita o exemplo de uma indústria farmacêutica que compra resina PET

(tributada) para embalar medicamentos (imunes ao IPI). Antes da decisão, a empresa não poderia se creditar integralmente do imposto. Agora, com a nova jurisprudência, o crédito é válido — e retroativo.

Oportunidade de recuperação de créditos

A decisão abre caminho para a restituição ou compensação de valores não aproveitados nos últimos cinco anos, desde que a empresa comprove a utilização industrial dos insumos tributados. Setores com grande volume de saídas imunes ou desoneradas, como o farmacêutico, alimentício,

editorial e exportador, estão entre os mais beneficiados.

Ações recomendadas para empresas:

- Revisar o mapeamento de créditos de IPI sobre insumos industriais;
- Atualizar os sistemas internos e eliminar estornos indevidos;
- Reavaliar apurações passadas e retificar obrigações acessórias;
- Planejar a recuperação ou compensação de valores com base no novo entendimento.

Assessoria especializada faz a diferença

“Para aproveitar os benefícios da decisão com segurança, é fundamental contar com uma análise técnica detalhada. Um bom planejamento pode gerar economia tributária e impacto positivo no fluxo de caixa”, orienta Helena.

(Fonte: Helena Cavallini, advogada, pós-graduada em Direito Tributário pelo IBET, membro da Comissão de Direito Tributário da OAB/Ribeirão Preto, consultora tributária na Evoinc.)

Desafios da IA: como ela tem redefinido o mundo corporativo

Eronides Junior (*)



Padronizar nomenclaturas, assegurar a integridade das informações, definir critérios claros de acesso e garantir a qualidade dos dados são etapas fundamentais. Essa base torna-se necessária para que modelos e soluções tecnológicas entreguem resultados confiáveis. Sem esse alicerce, a inovação se torna instável, sujeita a erros, retrabalho e decisões equivocadas.

TI como área estratégica

Para transformar a IA em diferencial competitivo, chegou o momento da área de TI deixar de ser apenas suporte técnico para se posicionar como líder na implementação de soluções, no teste de ferramentas e na definição das diretrizes, construindo um processo maduro de avanço do uso de tecnologia nas empresas.

Para que isso seja possível, consultorias especializadas e parceiros tecnológicos desempenham papel essencial no diagnóstico de sistemas, na estruturação de dados e na construção de infraestruturas adequadas à realidade de cada empresa.

Um olhar externo, experiente e imparcial, ajuda a enxergar o que está invisível para quem está imerso no dia a dia da operação. É esse apoio que acelera, com segurança, o caminho rumo à adoção consciente da Inteligência Artificial.

Mais do que escolher a ferramenta da vez, é preciso estruturar o terreno em que essa inovação irá se desenvolver. Para as empresas que desejam adotar IA de forma estratégica e duradoura, driblando os desafios de maneira consciente, o verdadeiro questionamento não é “qual tecnologia usar”, mas sim “como começar do jeito certo”. Um olhar para dentro, crítico e estruturado, é o que define quem, de fato, está pronto para evoluir digitalmente.

(*) Chief Revenue Officer da SoftwareOne no Brasil, provedora global e líder em soluções de ponta-a-ponta para softwares e tecnologia de nuvem.

O middle market e a inovação

Esse movimento de mercado ocorre especialmente com um grupo que movimenta boa parte da economia: as empresas de médio porte, que estão entre as gigantes e as startups. Com times enxutos e especializados, essas organizações já superaram o estágio inicial de maturidade, mas ainda enfrentam limitações estruturais, que podem impactar a operação.

Isso porque, é comum encontrar equipes de TI focadas em demandas operacionais, como manutenção de sistemas legados, suporte técnico e resolução de problemas. A inovação, embora desejada, acaba sendo constantemente adiada. Surge, então, o desafio: como adotar IA, se falta prioridade e estrutura para viabilizar esse movimento?

O resultado é a implementação precipitada de soluções tecnológicas sobre bases frágeis. Este erro estratégico é comum e, infelizmente, não desperdiça apenas recursos, mas também pode minar a confiança em projetos futuros.

O impacto da governança de dados

Entre os principais obstáculos à adoção eficaz de IA está o acúmulo de tecnologias desintegradas e dados sem padrão. Nesse contexto, a governança de dados deixa de ser uma boa prática para se tornar um pré-requisito inegociável.

Da TV ao pó

Saulo Adami (*)

A perda da memória documental da TV brasileira começou logo após sua inauguração e ainda não parou. Seja por desinteresse, descuido, falta de consciência ou de recursos

rantes. Dois incêndios no dia 13 e outro no dia 16 de julho de 1969. O fogo destruiu sedes, estúdios e acervos, uma escalada de destruição que transformou em pó telenovelas e séries de TV inteiras, programas de auditório e especiais os mais variados.

Escrever e publicar livros sobre séries de TV estrangeiras é mais fácil, muitas delas têm arquivos acessíveis online. Mas, quando se trata de pesquisar a teledramaturgia brasileira é preciso escavar muito e rezar para que a sorte preste atenção na gente.

Que os detentores da documentação sobre viva demonstrarem alguma compaixão para com os pesquisadores e o público ávidos por informações que ajudem a perpetuar obras audiovisuais que marcaram suas vidas através da tela da TV. Interessante e importante seria ampliar o número de locais onde tais materiais pudesse ser conhecidos e disponibilizados, aumentando fontes de pesquisa e contribuindo para preservar o pouco que ainda resta dos tempos pioneiros. Por enquanto.

(*) Escritor e pesquisador da teledramaturgia brasileira. Tem 170 livros publicados, incluindo a obra “Camicleta – Manual dos Proprietários”, que narra os bastidores de “Shazan-Xerife & Cia.”, a primeira sitcom do país.

Tampinha Legal é reconhecido internacionalmente e será apresentado no Japão

O programa socioambiental foi selecionado para apresentar a sua Análise de Ciclo de Vida (ACV) na edição de 2025 do World Congress on Advanced Materials (WCAM), que acontece em Kobe, no Japão, até 14 de maio.

O programa brasileiro do Tampinha Legal foi reconhecido pelo impacto mensurável que vem promovendo na economia circular há mais de oito anos. A partir de seus números e resultados, que podem ser conferidos no estudo de Análise de Ciclo de Vida (ACV), o programa foi aceito para ser apresentado no 11º Congresso Mundial de Materiais Avançados (WCAM 2025), que acontece em Kobe, no Japão, de 12 a 14 de maio. De acordo com a gerente do Instituto SustenPlást, Simara Souza, os organizadores do WCAM valorizam projetos com embasamento técnico sólido e resultados objetivos. “Essa seleção demonstra o crescente interesse global por iniciativas práticas e mensuráveis de sustentabilidade, especialmente aquelas fundamentadas em ACVs, consideradas as ferramentas mais confiáveis para avaliar

o desempenho ambiental de materiais”, destacou Simara, que será a responsável por apresentar o programa no dia 13 de maio para mais de 500 especialistas, acadêmicos, líderes industriais e estudantes de mais de 50 países.

A participação no WCAM reforça o compromisso do Tampinha Legal com a transparência e o rigor científico. “Nossa expectativa é mostrar, com base em dados, o impacto positivo que o programa gera para o meio ambiente e para a sociedade. Também queremos inspirar outras iniciativas, promover parcerias e posicionar o Brasil como referência em soluções acessíveis, replicáveis e sustentáveis”, explica Simara Souza, que também complementa sobre a importância de estar entre os selecionados de uma conferência dedicada às ciências dos materiais avançados, “Estar entre os selecionados de um congresso internacional fortalece ainda mais a credibilidade do programa como uma solução concreta para os desafios da gestão de resíduos e da conscientização ambiental”, concluiu.